

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Em harmonia com o ponto 8.2 do POCAL)

Nota introdutória

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados permitem facultar informação adicional tendo em vista uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo. O documento que se segue foi elaborado nos termos do ponto 2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Foi igualmente considerado o disposto na resolução n.º 4/2001, de 12 de julho e na resolução n.º 6/2013, publicada no DR, II Série em 21/11/2013, do Tribunal de Contas.

De acordo com este enquadramento, todos os movimentos contabilísticos do ano de 2014 foram efetuados em obediência com os princípios contabilísticos instituídos pelo POCAL, no sentido de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8.2 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Nota 8.2.1 – Não foi derogada nenhuma disposição do POCAL que produzisse efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados

Nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos

A) Imobilizado

O ativo imobilizado incluído no balanço foi valorizado nos termos do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), ou seja, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo o respectivo preço de compra mais os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual. Da mesma forma, entende-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretamente consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

B) Circulante

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição, traduzindo, à semelhança do que acontece com o ativo imobilizado, o valor da fatura, acrescido de outras despesas necessárias à sua entrada em armazém.

C) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

D) Disponibilidades

Os depósitos em instituições financeiras e os respectivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito. Não houve utilização de fundos de maneio em 2014.

E) Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos contraídos encontram-se em acréscimo de custos, se aplicável.

F) Resultados transitados

A conta 59 – Resultados transitados – reflete ajustamentos de grau de materialidade excepcionais na sua natureza.

Os movimentos em resultados transitados foram os seguintes:

Saldo a 31/12/2013	776.817,30 €
Aplicação de resultados de 2013	561.900,56 €
Especialização IMI/Derrama/IRS	9.112.342,04 €
Regularizações diversas	- 64.511,96 €
Saldo a 31/12/2014	10.386.547,94 €

Nota 8.2.4 – Todas as operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

Nota 8.2.5 – O resultado do exercício não foi afetado por valorimetrias diferentes das previstas no Capítulo 4 “Critérios de Valorimetria” do POCAL, nem por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas, nem por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Nota 8.2.6 – A conta “432 – Despesas de Investigação e de Desenvolvimento” respeita a investimento em planos municipais, com destaque para o Plano de Pormenor do Museu Marítimo de Ílhavo.

Nota 8.2.7 – Os Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são os constantes do Anexo I.

Nota 8.2.8 – O mapa anexo (II) permite verificar a principal composição das rubricas constantes na nota anterior.

Nota 8.2.14 – O anexo III, lista os bens que não foi possível valorizar, designadamente obras de arte, que pela sua especificidade não se lhes atribuiu valor.

Nota 8.2.15 – O mapa IV, permite verificar os bens que não são objeto de amortização, o que no caso corresponde a terrenos, que por lei, (cfr. alínea g) do n.º 1 do art. 36º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril).

Nota 8.2.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.

Ver (Anexo V)

Nota 8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Foram adquiridas em 2011 duas (2) Unidades de Participação, no montante de 1.000,00€ no âmbito da adesão à associação “Centro Habitat Plataforma para a Construção Sustentável”.

Nota 8.2.22 – Dívidas de cobrança duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa derivam da conta “Clientes/Contribuintes/Utentes” e coincidem com o saldo da conta “218 – Utentes de Cobrança Duvidosa”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação resíduos sólidos.

Nota 8.2.23 – Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2015, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 545.283,65€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos – Remunerações a liquidar”.

Nota 8.2.26 – Contas de ordem

Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Ver (Anexo VI)

Nota 8.2.27 – Quadro do desdobramento das contas de provisões

A conta “29.1 – Provisões para cobrança duvidosa”, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL, respeita a dívidas de resíduos sólidos, cujo montante respeita à diferença entre os valores faturados e não pagos pela entidade AdRA, sendo a sua composição a seguinte:

PROVISÕES

Entidade Município de Ílhavo

janeiro a dezembro

Ano - 2014

Unidade em: Euros (€)

Código de Contas	Provisões	Saldo Final
19	Para aplicação de tesouraria	
291	Para cobranças duvidosas	186.156,93
292	Para riscos e encargos	
39	Para depreciação de existências	
49	Para investimentos financeiros	

8.2.28 – Classe 5 Fundo Patrimonial

Para além dos movimentos de transferência dos resultados líquidos de 2013, destaca-se o princípio da especialização do exercício aplicado pela primeira vez aos impostos diretos como o IMI, Derrama e Participação no IRS, verificando-se assim um acréscimo bastante significativo dos resultados transitados por contrapartida da rubrica de acréscimos.

CLASSE 5 - FUNDO PATRIMONIAL

Entidade Município de Ílhavo

janeiro a dezembro

Ano - 2014

Unidade em: Euros (€)

CONTA	DÉBITO	CRÉDITO	OBSERVAÇÕES
51.2.14 Património Adquirido		1.000.000,00	Aplicação de Resultados 2013
57.1.14 Reservas Legais		1.000.000,00	Aplicação de Resultados 2013
57.6.1 Doações		24.740,00	Doações
59 Resultados Transitados		9.609.730,64	Correções Patrimoniais

8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DEMONSTRAÇÃO CMVMC

Entidade

Município de Ílhavo

janeiro a dezembro

Ano - 2014

MOVIMENTOS	MERCADORIAS
EXISTÊNCIAS INICIAIS	81.202,51
COMPRAS	12.455,01
REGULARIZAÇÃO EXISTÊNCIAS	6.129,83
EXISTÊNCIAS FINAIS	91.132,14
CUSTOS NO EXERCÍCIO.....	8.655,21

Valores respeitantes a existências que se encontram no Museu Marítimo de Ílhavo.

Nota 8.2.31 – Demonstração de resultados financeiros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS							
Entidade	Município de Ilhavo	janeiro a dezembro				Ano - 2014	
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros Suportados	359.805,02	381.562,22	781	Juros Obtidos	2.670,27	1.477,65
682	Perdas em Entidades Participadas			782	Ganhos em Entidades Participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de Imóveis	193.749,30	217.454,25
684	Provisões para Aplicações Financeiras			784	Rendimentos em Participações de Capital	391.429,41	585.801,30
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis			785	Diferenças de Câmbio Favoráveis		
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria			786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	244,99	391,91
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	12.582,77	3.025,93	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
	Resultados Financeiros	215.708,70	420.536,96	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	2,52	
		588.096,49	805.125,11			588.096,49	805.125,11

Nota 8.2.32 – Demonstração de resultados extraordinários.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Entidade	Município de Ilhavo	janeiro a dezembro				Ano - 2014	
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
691	Transferências de Capital Concedidas	1.439.646,34	929.654,14	791	Restituição de Impostos		
692	Dívidas Incobráveis	66.088,14		792	Recuperação de Dívidas		
693	Perdas em Existências	198,20		793	Ganhos em Existências	8.615,95	
694	Perdas em Imobilizações	186.630,90	26.400,00	794	Ganhos em Imobilizações	97.722,45	50.561,65
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios de Penalidades Contratuais	85.206,26	47.812,70
696	Aumentos de Amortizações e Provisões			796	Redução de Amortizações e Provisões	64.782,19	12.954,31
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	2.303,80	15.808,00	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	5.446,43	181.046,30
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	9.488,09	430,19	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.252.426,90	1.251.942,44
	Resultados Extraordinários	-190.155,29	572.025,07				
		1.514.200,18	1.544.317,40			1.514.200,18	1.544.317,40

Outras informações relevantes.

A) Anexa-se listagem das faturas que constam do mapa “Dívidas a Terceiros” e que se encontravam cedidas a 31 de dezembro de 2014 a entidades de factoring;
Ver (Anexo VII)

B) Esta Prestação de Contas integra também e em mapa próprio os contratos de factoring celebrados pelos nossos fornecedores junto das entidades de factoring ao longo do ano de 2014;

Ver (Anexo VIII)

C) Consta nesta Prestação de Contas, com exceção do mapa de participações societárias, a participação no capital da Sociedade Mais Ílhavo, SA,, no valor de 24.500,00, quando a mesma já foi extinta, faltando apenas as diligências burocráticas finais.

D) 01. O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO, foi demandado pela sociedade Nolasco & Coelho Lda, numa acção que correu termos no Processo n.º 891/08.7TBILH, da Grande Instância Cível de Aveiro, da Comarca do Baixo Vouga, que internamente nos habituamos a designar por “Processo da Biblioteca” e no qual foi proferida sentença que:

a) julgou a acção improcedente e absolveu o Réu MUNICÍPIO DE ÍLHAVO dos pedidos formulados pela Autora NOLASCO E COELHO Lda na petição inicial,

b) declarou que o réu MUNICÍPIO DE ÍLHAVO é titular do direito de propriedade sobre o edifício da Biblioteca Municipal de Ílhavo e Novo Fórum da Juventude de Ílhavo, assim como sobre o lote de terreno inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ílhavo sob o artigo 7950 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha n.º 06052/061293 da mesma freguesia, por o haver adquirido por acessão industrial imobiliária;

c) condenou a autora NOLASCO E COELHO Lda a reconhecer tal direito –, sob condição de, em 30 (trinta) dias a contar da notificação desta sentença, o réu depositar a favor da autora a quantia de 748.550,00€ (setecentos e quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta euros), atualizada a partir do ano de 2004, inclusive, até efetivo pagamento, de acordo com os índices anuais de preços no consumidor publicados pelo Instituto Nacional de Estatística.

02. Inconformado com o valor atribuído ao referido lote de terreno e com o facto de a senhora juiz, por sua iniciativa, ter determinado a actualização daquele valor desde 2004, o Município interpôs, dessa parte da sentença, recurso para o Tribunal da Relação de Coimbra,

03. A autora, para garantia do pagamento do lote de terreno que, a final, venha a ser decidida, avançou já com uma execução provisória, que corre termos no processo nº 446/14.7T2OVR, e na qual requereu o bloqueio de saldos bancários do Município até ao montante de 983.734,36€, importância essa que ficará cativa até que transite em julgado a decisão sobre o valor daquele lote de terreno.

04. Acontece que a referida autora deu ordem de bloqueio a todas as Instituições de Crédito onde o Município tem conta, bem como a todas as contas tituladas pelo Município em cada Instituição Bancária, o que originou que a Solicitadora ficasse com um valor muito superior ao devido e o Município ficasse com esse valor em falta;
05. Foi ainda mais longe a Solicitadora ao mandar transferir para sua conta própria uma parte importante desse valor;
06. Ora a penhora de um montante tão avultado iria originar um transtorno para as finanças municipais pelo que o Município de Ílhavo diligenciou pela apresentação de uma garantia bancária para substituição dos valores penhorados;
07. O que foi aceite pelo Juiz conforme seu despacho datado de 25/06/2014 pelo qual ordenou o levantamento imediato das penhoras efetuadas a mando da Solicitadora;
08. O que veio a acontecer mas apenas parcial e demoradamente tendo a mesma apropriado-se de um valor que é do Município e não comunicado a libertação integral das penhoras às Instituições Bancárias, conforme estava obrigada, tudo no valor de 132.445,65 euros.
09. O que motivou o necessário procedimento criminal por peculato e abuso de confiança intentada pelo Município contra a dita autora e que agora corre os seus termos.